

Bom senso e boa técnica devem prevalecer na tributação de alimentos

» ALAN MARTINS

Auditor Fiscal da Receita Estadual de São Paulo. Diretor de Gestão de Conhecimento da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)

» RODRIGO SPADA

Auditor Fiscal da Receita Estadual de São Paulo. Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e da Afresp

A Reforma Tributária prevê uma Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquota da tributação sobre bens e serviços reduzida a zero. Da forma como foi moldada no projeto de regulamentação PLP 68/2024, essa desoneração abrange arroz, leite, feijão, óleos e outros itens.

A medida mira o consumidor de baixa renda e, segundo estimativas do Ministério da Fazenda, associada à cesta básica estendida, que tem alíquota reduzida em 60%, deve propiciar uma diminuição da carga tributária sobre alimentos básicos de 11,6% para 4,8%.

Antes da apresentação do relatório que lhes incumbia, os deputados do chamado G7, membros da comissão constituída para debater a regulamentação da reforma, chegaram a cogitar propor a ampliação da lista de alimentos com alíquota zero, mediante a inclusão de sal e proteínas animais — isto é, carnes bovina, suína, frango e peixes.

Essa redução poderia acabar saindo “uma emenda pior do que o soneto”, mas prevaleceu o bom senso e a melhor técnica de tributação no relatório, que foi apresentado sem essa inovação e com manutenção da lista original de alimentos.

Agora, o projeto segue sua tramitação rumo à votação e pode receber emendas. Daí porque é importante trazer ao debate as razões pelas quais não seria uma boa medida incluir sal, carnes ou outros novos alimentos quaisquer na cesta básica com alíquotas reduzidas a zero.

Primeiro, porque essa ideia não revela qualquer potencial para minimizar a regressividade do sistema, efeito da tributação correspondente ao maior impacto sobre os contribuintes de baixa renda. Se a redução proposta é a mesma para todas as faixas de renda, a medida não reduz o maior impacto para as famílias de baixa renda, nem neutraliza os efeitos regressivos.

No âmbito da Reforma Tributária, o que realmente tem potencial para diminuir a regressividade é o chamado cashback, ou seja, a devolução dos tributos a pessoas físicas, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda. Nesse caso, as estimativas do Ministério da Fazenda são de que a carga tributária sobre alimentos seja



ainda mais reduzida para os beneficiários — para um patamar de 3,9%.

Sobre isso vale citar uma declaração do deputado Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados: “A gente tem que entender quais são as prioridades. Acho que a maior importância nesse sen-

tido é manter e aumentar o cashback para as pessoas do CadÚnico com relação a serviços essenciais, o que gera um efeito muito maior do que incluir a carne, por exemplo, na cesta básica”.

Segundo, porque a inclusão de ainda mais exceções às alíquotas únicas de IBS e CBS, o imposto e a contribuição sobre bens e serviços, respectivamente, teria o efeito de aumentar a complexidade do sistema tributário. Com isso, seria contrariado frontalmente o princípio da simplicidade, um dos pilares da Reforma Tributária.

Mas, pior ainda, a inclusão de sal e carnes na alíquota zero da Cesta Básica Nacional de Alimentos poderia ter um grave efeito colateral. Acabaria aumentando a carga tributária para todos, em especial para a própria população de baixa renda, justamente aquela que se pretende proteger.

Caso a medida fosse adotada, para se manter os níveis de arrecadação e compensar a perda de receita com a desoneração de sal e carnes, poderia ser necessário aumentar as alíquotas de referência de IBS e CBS. Na prática, isso significa que todos pagariam mais tributos, inclusive sobre outros bens e serviços consumidos pela população de baixa renda, como gás, vestuário, higiene, limpeza e cuidados pessoais.

Por essas razões, andou muito bem a comissão ao deixar de incluir sal e proteínas animais na lista com alíquota zero. Até porque, nem mesmo a sugestão de intenção parcimoniosa, ventilada nos últimos dias pelo presidente Lula, seria uma boa ideia. O mandatário da Presidência da República vinha defendendo que apenas tipos e cortes de carnes acessíveis à população de baixa renda deveriam ter alíquota zero, o que não deixaria de pressionar para cima a alíquota de referência, além representar uma elevação ainda maior da complexidade do sistema.

Portanto, a inclusão de sal e carnes na cesta básica não seria mesmo uma boa medida. Além de aumentar a complexidade do sistema, criaria um benefício tendente a se transformar em um aumento de tributos para todos, inclusive para a própria população de baixa renda, que se pretende proteger. Que na sequência do processo legislativo, o bom senso e a boa técnica de tributação continuem prevalecendo.

Brasília: preservação e transformação

» FREDERICO DE HOLANDA

Arquiteto, PhD em arquitetura, professor titular aposentado, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

No âmbito das discussões em torno do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), volta à tona o tema de como preservar, o que preservar, como gerir as mudanças de uma cidade que é, ao mesmo tempo, Patrimônio Cultural da Humanidade e uma urbe viva e dinâmica. Muitos são os aspectos do PPCUB relacionados ao desenvolvimento da cidade, mas, aqui, o foco será questões de inclusão/exclusão social: combate-se, preserva-se ou amplia-se a natureza sabidamente excludente da capital? Ao longo do tempo, testemunhamos um paradoxo nas políticas patrimoniais: variam entre excessivamente permissivas e excessivamente proibitivas. O PPCUB reverte a tendência? No espaço deste artigo, três casos são discutidos à guisa de exemplos.

Embora as expressões não estejam no texto-chave que acompanha o seu projeto — Relatório do Plano Piloto de Brasília (doravante, RPPB) —, Lucio Costa incorporou os termos escala monumental, escala gregária, escala residencial e escala bucólica para referir os bairros da capital. Sobre a orla (escala bucólica), ele comenta: “Evitou-se a localização de bairros residenciais na orla da lagoa”. No entanto, mestre Lucio propôs que “clubes esportivos, restaurantes, lugares de recreio, balneários e núcleos de pesca”, aos quais, no tempo, juntaram-se hotéis, poderiam chegar à beira lago. Contudo, não só os clubes proliferaram na orla, como os hotéis mais recentes encostam na lâmina d’água, privatizando-a de fato. Pior ainda: vestidos de “apart-hotéis”, implantaram-se grandes condomínios fechados de blocos de apartamentos de moradia permanente, alguns privatizando uma área superior a seis campos de futebol (cerca de 60.000 m²), além de impedirem o acesso franco às margens. Urge reverter a perversa normativa pois ela afronta a escala bucólica, que deveria ser predominantemente natural,

com acesso livre à orla, propícia ao lazer popular.

É bordão comum a necessidade de preservar as áreas livres do Plano Piloto. Bem, nem sempre. O centro metropolitano de Brasília, ou seja, a Plataforma Rodoviária e arredores, é um arquipélago de setores fracionado por vazios, enormes parques de estacionamento, vias expressas, diferenças de nível, percursos de caminhantes ao longo de nada, espaços públicos como sobras mal configuradas entre os prédios, um inferno para o pedestre. Uma “arquitetura de adições” seria muito bem-vinda. Aqui, interceptam-se duas escalas, a monumental e a gregária, no ponto de cruzamento dos dois elementos estruturais do Plano Piloto: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário, na altura do fascinante complexo construído, em quatro níveis, da Plataforma Rodoviária. O plano propugna pela “preservação da Plataforma Rodoviária em sua integridade estrutural, arquitetônica e urbanística original”, mantendo-se a “condição de área *non aedificandi* e das visuais livres do Eixo Monumental para leste e oeste do nível superior da Plataforma Rodoviária”.

No entanto, o centro ganharia muito se o “buraco” existente entre os setores de Diversão Norte e Sul (Conjunto Nacional e Conic) fosse tapado. No caso, não é uma adição, é um resgate: o vazio não existe nos esboços de Lucio Costa para o local. O resgate adicionaria urbanidade à área, à medida que estabeleceria uma fachada ativa contínua entre os extremos norte e sul dos setores de Diversão, ao longo do deck superior da Plataforma Rodoviária. Com as atividades, o centro seria fortalecido com mais atividades, mais gente, mais bulício. Essa é apenas uma das “costuras” entre tantas possíveis.

Era uma vez uma avenida que era o centro da cidade: a W3 Sul. Hoje, é uma paisagem desoladora, com grande quantidade de lojas fechadas. São variadas as medidas que precisam ser tomadas para revitalizá-la, mas uma coisa

é certa: as cosméticas, como as que estão em andamento, não servirão de nada. Foquemos nas medidas estruturais. Nunca se viu, em cidade alguma do mundo, uma avenida de alta centralidade, como essa, manca: ela tem comércio e serviços em apenas um lado da via; do outro, habitações unifamiliares, em baixa densidade. Carece perguntar: por que a sua irmã gêmea, a W3 Norte, não está decadente? É verdade que ela proporciona, mais que na Sul, a possibilidade de se parar o carro na porta do destino — mania tipicamente brasiliense. Mas não é só isso. Ela tem uma grande quantidade de empregos institucionais do lado leste e tipos edilícios de térreo mais um pavimento, do lado oeste, com comércio e serviços no térreo e serviços ou habitações — populares — nos pavimentos superiores. Por que essa configuração “pode” na Norte, mas “não pode” na Sul? Sem uma mudança estrutural, implicando uma radical transformação edilícia e de uso em ambos os lados da avenida, não há saída.

Há inegáveis qualidades da área tombada de Brasília, não só como o mais importante testemunho do modo moderno de fazer cidade no mundo, como pela excepcional característica dos seus atributos arquitetônicos fundamentais — dos seus prédios emblemáticos e dos espaços livres que definem. Contudo, desde sempre, a cidade é profundamente excludente. Num plano que vise ao seu desenvolvimento, a postura eticamente defensável é aquela que reconheça a necessidade de preservação de suas qualidades tanto quanto a necessidade de transformações em sua configuração que a tornem mais democrática. Conhecimento para tanto já foi produzido de sobra, mas as transformações esbarram na capacidade de implementá-las — os produtores de conhecimento não têm a força política para tanto. Porém, a história não está escrita. As forças progressistas podem mudar o jogo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Frutos econômicos

Somente os sábios, por natureza, são capazes de enxergar o óbvio. Não se sabe a razão. Talvez, pelo fato de o óbvio se situar demasiadamente próximo ao nariz, o que faz com que o indivíduo perca a visão do todo e passe a não enxergar o que está à sua frente. Ademais, é preciso entender preliminarmente um conceito muito banal e nem por muito importante. A coisa toda se resume em saber distinguir as noções entre enxergar e ver.

Você pode residir por décadas na mesma rua, vendo o que se passa nesse local, dia após dia e, simplesmente, não conhecer essa rua. Basta uma mudança no ângulo da visão, e tudo muda de figura. Um dia, sem querer, você descobre novos detalhes que nunca tinha reparado. Por isso, ver a rua não significa conhecer a rua.

Por outro lado, aqueles que têm a capacidade de enxergar a rua no seu todo são capazes de conhecê-la com mais exatidão. Não por outra razão, o verbo enxergar traduz o sentido de, pelo uso da visão, prestar atenção e pressentir o que está ali disposto.

Essa capacidade, oferecida pelo cérebro humano, de identificar o que se enxerga deveria ser a mais importante ferramenta utilizada por aqueles que têm a responsabilidade de governar. Infelizmente, é o que tem faltado aos nossos governos. O que se nota é que os governos veem muito, mas enxergam pouco.

Sobre esse ponto, poderíamos preencher uma biblioteca com exemplos. Mas, ficando apenas no que se refere às relações entre o Brasil e China, uma coisa é certa: é preciso aperfeiçoar muito ainda a capacidade de o governo brasileiro enxergar a China para dar prosseguimento mais adequado e prudente a essa relação.

Oficialmente, as relações entre os dois países começaram em 1974, ainda durante a ditadura militar no Brasil, quando o país reconheceu a República Popular da China (RPC) em vez de Taiwan. O governo brasileiro adotou, naquela época, uma política externa baseada no que era chamado de “pragmatismo responsável”, buscando autonomia econômica externa por meio da diversificação de relações internacionais.

Em 2004, o Brasil, então governado pelo atual presidente, reconheceu a China como uma economia de mercado, o que, naquela ocasião, como agora, não corresponde à realidade, dado que aquele país ainda estimula sua economia interna com base em interesses estritamente estratégicos e políticos, com vistas a se tornar não um parceiro econômico fiel, mas um forte controlador dos mercados internacionais.

Todo aquele reconhecimento com base no que não era a realidade visível foi feito sem enxergar devidamente o parceiro extra continental. Pior, essa aproximação também se dava, do lado de cá, apenas por motivos políticos e ideológicos. A diferença a partir do ponto de vista desses dois países é que, enquanto o Brasil via na China uma alternativa ao Irmão do Norte (Estados Unidos), a China enxergava o Brasil não como um parceiro, mas como um trampolim para dominar economicamente também o país.

Falar, como naquela ocasião, em relação estratégica, referindo-se a um país que está do outro lado do mundo, não passou de delírio. Por sua vez, ainda na solenidade que selava a aliança, o então presidente Hu Jintao deixava solto no ar as pretensões quanto à união, ao afirmar que aquela relação estratégica era para valer, sendo o Brasil uma prioridade dentro dos planos chineses de entrar definitivamente no continente americano pelo sul. “Essa postura do Brasil vai, certamente, criar condições para uma relação estratégica muito mais rica”, discursou. Esse “muito mais rico” queria também dizer “muito além do Brasil”.

O Brasil precisa adquirir um papel como parceiro da China mais importante do que o atual, baseado em segurança alimentar e energética para os chineses, se transformando não em uma ponte para que a China atinja os Estados Unidos. É preciso sofisticar essas relações, indo além do comércio de produtos em natura. Mas isso só será possível quando o Brasil enxergar o tipo de parceiro que atraiu para si e quais consequências dessa parceria a longo prazo.

É preciso saber ainda o trivial — ou seja, quais consequências virão. Infelizmente, o pragmatismo utilizado na primeira aproximação com aquele país do Oriente perdeu-se com o tempo, sendo substituído por um voluntarismo político que, como todos sabem, não rende frutos econômicos.

»A frase que foi pronunciada:

“Como outros países no mundo, a China deve defender a própria soberania, integridade territorial e interesses de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, estamos dispostos a lidar adequadamente com diferenças e desacordos nas relações de Estado para Estado.”

Hu Jintao

»História de Brasília

A Rádio Educadora de Brasília bem que podia dar a hora certa. Seria uma ajuda aos ouvintes, que não são poucos. (Publicada em 10/4/1962)